

RESUMO



SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP,
CNPJ nº 05.054.945/0001- 00.

OBJETO



Aquisição de MUDAS DE BANANEIRAS produzidas IN VITRO, para atender as necessidades da SEDAP, nos projetos das cadeias da Cacaucultura e Fruticultura conforme condições, exigências, especificações e quantidades estabelecidas.



MÉTODO DE DISPUTA

- ☒ Aberto
- ☐ Aberto e fechado
- ☐ Fechado e aberto



CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- ☒ Menor preço
- ☐ Maior desconto



ENTREGA

Forma: A licitante deverá efetuar o fornecimento das mudas in vitro, parceladas semanalmente, conforme cronograma a ser acordado entre a empresa e a Gerência de Produção Vegetal/Fruticultura da SEDAP.

Prazo: no período de 01 de setembro a 10 de dezembro de 2026, após a emissão da Nota de Empenho.

Local: As entregas deverão ser feitas nos locais estipulados no **quadro 1- Local de entrega de mudas por item e quantidades**, descrito no Termo de Referência.



VALOR TOTAL: R\$ 378.900,00 (trezentos e setenta e oito mil e novecentos reais)

REAJUSTE

Índice ☒ IPCA ☐ INCC ☐ Outro: (sigla)
☐ INPC ☐ IGPM

PERÍODO A cada **12 meses**, a contar de 10/04/2026 - data do orçamento estimado.

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

DATA

02/06/2026

Hora 10:00h

Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras/pt-br

Local:

UASG: 925859

Edital disponível nos Portais: www.gov.br/compras/pt-br e
www.compraspara.pa.gov.br.



Trav. do Chaco, nº 2232, Marco - fone: (91) 98605-4609 - CEP: 66.093.542 – Belém - Pará.
www.sedap.pa.gov.br - e-mail: cpl.sedap.pa@gmail.com

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1 - PROMOTOR DO PREGÃO

O PROMOTOR deste pregão é a SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO E DA PESCA - SEDAP, órgão integrante da administração direta do Estado do Pará, CNPJ nº 05.054.945/0001-00, com sede na Travessa do Chaco, nº 2232, bairro do Marco, neste ato representado pelo seu Secretário Sr. Giovanni Corrêa Queiroz, brasileiro, médico, portador do RG nº 72085 PC/PA e CPF nº 036.623.061-15, residente e domiciliado nesta cidade.

CLÁUSULA 2- FUNDAMENTO LEGAL

A presente licitação será realizada por meio de PREGÃO ELETRÔNICO e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar Federal nº 123/06, Decretos Estaduais nº 2.939/2023 e alterações, 2.940/2023, 3.037/2023 e 3.532/2023, Portaria nº 48/2025-SEDAP que designa Agente de Contratação/Pregoeira, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3 – OBJETO

3.1 O objeto desta licitação é a Aquisição de MUDAS DE BANANEIRAS produzidas IN VITRO, para atender as necessidades da SEDAP, nos projetos das cadeias da Cacaucultura e Fruticultura conforme condições, exigências, especificações e quantidades estabelecidas.

Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado R\$	Valor Estimado Total R\$
01	Mudas in vitro de bananeira cultivar BRS Pacoua, pré – aclimatadas, medindo entre 7 e 15 cm com torrão de substrato industrial.	230877-0	Und/muda	30.000	6,43	192.900,00
02	Mudas in vitro de bananeira cultivar BRS Terra Anã, pré – aclimatadas, medindo entre 7 e 15 cm com torrão de substrato industrial.	020347-5	Und/muda	20.000	9,30	186.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$						378.900,00

3.2 A licitação observará o seguinte:

☐ Item único;

☒ Divisão em itens;

☐ Lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou

Trav. do Chaco, nº 2232, Marco - fone: (91) 98605-4609 - CEP: 66.093.542 – Belém - Pará.
www.sedap.pa.gov.br - e-mail: cpl.sedap.pa@gmail.com

- ☐ **Lote único**, formados por [informar número] itens, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

CLÁUSULA 4 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- f. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

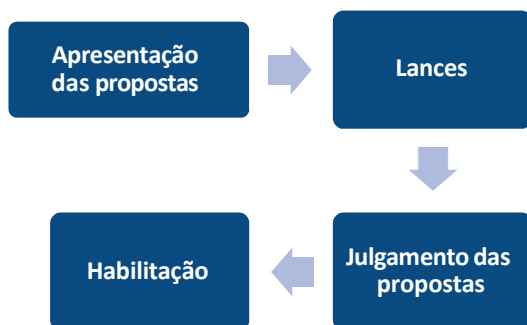
4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

4.12 O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.13 A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5 - FASES DA LICITAÇÃO, APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 A licitação terá as seguintes fases:



5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a.** Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e.** Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.9 será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6 - PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a. ☐ Valor do item.
- ☐ (percentual) desconto.
- b. Marca.
- c. Fabricante.
- d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE.

Trav. do Chaco, nº 2232, Marco - fone: (91) 98605-4609 - CEP: 66.093.542 – Belém - Pará.
www.sedap.pa.gov.br - e-mail: cpl.sedap.pa@gmail.com

TANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 Em virtude do compromisso previsto no [item 6.6](#), o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a.** Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b.** O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
 - 1.** Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
 - 2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7 - ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

7.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

7.6 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

Trav. do Chaco, nº 2232, Marco - fone: (91) 98605-4609 - CEP: 66.093.542 – Belém - Pará.
www.sedap.pa.gov.br - e-mail: cpl.sedap.pa@gmail.com

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

7.8 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo:

7.9.1. O licitante deverá *especificar os itens descritos no subitem 3.2. deste edital, com valores individualizados, descrevendo o lance por valor unitário do item.*

7.10 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.11 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

7.13 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.14 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa	Regras
Aberto	a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
	b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.
	c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
	d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
	e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
	f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15 Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem [*A ordem será crescente*, quando adotado o critério de julgamento por menor preço, e *decrecente*, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto] de valores.

7.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.18 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

Disputa final

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

Avaliação do desempenho contratual prévio

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

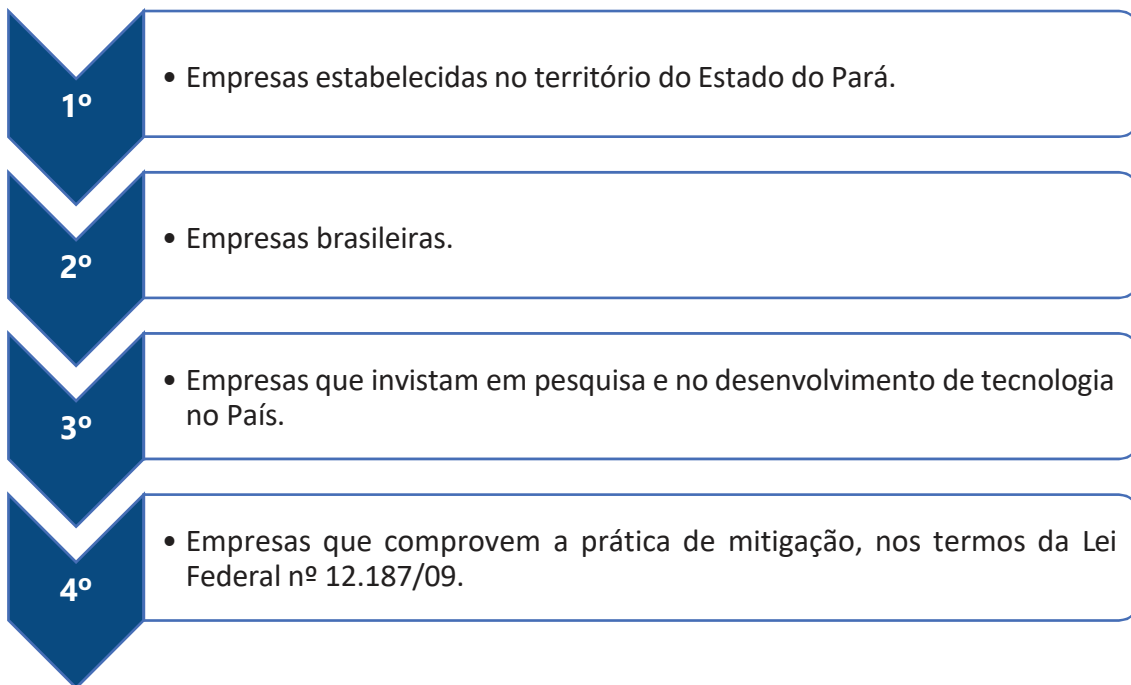
Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho

Conforme regulamento.

Desenvolvimento de programa de integridade

Conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.25 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.26 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.28 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.29 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.31 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;

- c. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e. Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a. Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b. Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.10 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos [itens 8.8](#) e [8.9](#), a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d. Será exigida garantia adicional do LICITANTE vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o LICITANTE vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global e empreitada integral, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15 Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

8.17 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18 A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

a. Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou

b. Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

8.19 Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

CLÁUSULA 9 – HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no **Item QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** do TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

9.2 Atestado de Aptidão Técnica para comprovação de efetiva execução, boa e regular prestação de serviços, estando em condições compatíveis com as especificações do Edital, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado

9.3 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3.1 A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada

Trav. do Chaco, nº 2232, Marco - fone: (91) 98605-4609 - CEP: 66.093.542 – Belém - Pará.

www.sedap.pa.gov.br - e-mail: cpl.sedap.pa@gmail.com

art. 66 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.2 As habilitações Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), Social e Trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos requisitos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 a seguir:

9.3.2.1 A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2.2 A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.2.3 A regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.2.4 A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.3.2.5 A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.3.2.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.3.3 Para fins de demonstração da Qualificação Econômico-Financeira, a Licitante vencedora deverá apresentar (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

9.3.3.1 Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

9.3.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura.

9.3.3.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas: $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$; $SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ e $LC = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

9.3.3.4 O Licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices citados no item acima, quando da habilitação, deverá comprovar, considerados os riscos para a SEDAP, o Capital ou Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação (§ 4º do art. 69 da Lei n.º 14.133/2021).

9.3.3.5 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor do juízo da sede da pessoa jurídica, emitida nos últimos 90 (noventa) dias que antecedem a data de abertura da sessão do presente certame.

9.3.3.6 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.4 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.5 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor

Trav. do Chaco, nº 2232, Marco - fone: (91) 98605-4609 - CEP: 66.093.542 – Belém - Pará.
www.sedap.pa.gov.br - e-mail: cpl.sedap.pa@gmail.com

juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.6 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.6.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [inserir um percentual 10% a 30%, salvo se houver justificativa no processo para não haver esse acréscimo] para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.

9.7. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.8. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

9.9. Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.10. Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.11 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.12 Caso o TR preveja a realização de vistoria, o LICITANTE deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização da vistoria prévia.

9.12.1 O LICITANTE que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [indicar forma de agendamento], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros LICITANTES.

9.12.2 Caso o LICITANTE opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

9.13 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.13.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.14 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.15 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão envia-

Trav. do Chaco, nº 2232, Marco - fone: (91) 98605-4609 - CEP: 66.093.542 – Belém - Pará.
www.sedap.pa.gov.br - e-mail: cpl.sedap.pa@gmail.com

dos por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

9.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.17 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a.** Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.18 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.19 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

9.20 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.21 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, conforme estabelecido art.4º do Decreto Estadual 878/2008.

CLÁUSULA 10 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11 – RECURSOS

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte, conforme determinado no art. 40 do Decreto Estadual nº 2.940/2023:

Trav. do Chaco, nº 2232, Marco - fone: (91) 98605-4609 - CEP: 66.093.542 – Belém - Pará.
www.sedap.pa.gov.br - e-mail: cpl.sedap.pa@gmail.com

- a. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo não inferior a 10 (dez) minutos, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b. O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a. Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b. Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidir-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

11.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

CLÁUSULA 12 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;	Multa 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:	e
1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;	Impedimento de licitar e contratar*
2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de "Declaração de inidoneidade para
3. Pedir para ser desclassificado quando	

Trav. do Chaco, nº 2232, Marco - fone: (91) 98605-4609 - CEP: 66.093.542 – Belém - Pará.
www.sedap.pa.gov.br - e-mail: cpl.sedap.pa@gmail.com

encerrada a etapa competitiva;

licitar e contratar”.

4. Deixar de apresentar amostra;
5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f. Fraudar a licitação;
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 1. Agir em conluio ou contra a lei;
 2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

Multa

15% a 30% do valor do contrato lícitado.

e

**Declaração de inidoneidade
para licitar e contratar**

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3. As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Trav. do Chaco, nº 2232, Marco - fone: (91) 98605-4609 - CEP: 66.093.542 – Belém - Pará.
www.sedap.pa.gov.br - e-mail: cpl.sedap.pa@gmail.com

- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de [definir número] dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.9 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.13 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

12.14 O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

12.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos

Trav. do Chaco, nº 2232, Marco - fone: (91) 98605-4609 - CEP: 66.093.542 – Belém - Pará.
www.sedap.pa.gov.br - e-mail: cpl.sedap.pa@gmail.com

danos causados.

CLÁUSULA 13 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, pelo e-mail cpl.sedap.pa@gmail.com e as respostas serão disponibilizadas no portal www.gov.br/compras.

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec. Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14 - DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Trav. do Chaco, nº 2232, Marco - fone: (91) 98605-4609 - CEP: 66.093.542 – Belém - Pará.
www.sedap.pa.gov.br - e-mail: cpl.sedap.pa@gmail.com

14.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I - ETP

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Belém (PA), 19 de maio de 2026.

**GIOVANNI CORREA
QUEIROZ:0366230
6115**

Assinado de forma digital
por GIOVANNI CORREA
QUEIROZ:03662306115
Dados: 2026.05.19 15:13:57
-03'00'

Giovanni Corrêa Queiroz

Secretário Estadual de desenv. Agrop. e da Pesca

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Contratação da aquisição de **MUDAS de BANANEIRAS** produzidas *in vitro*, para atender às necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca -SEDAP, nos projetos das cadeias da Cacaicultura e Fruticultura conforme condições, exigências, especificações e quantidades estabelecidas.

MOTIVAÇÃO

O Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Cacaicultura no Estado do Pará - PRODECACAU, possibilita a produção anual de 15 milhões de sementes híbridas de cacau o que levou a auto-suficiência do Estado do Pará na produção de sementes com consequente aumento da produtividade da cultura, colocando o Pará como o maior produtor nacional a partir de 2016.

Essas novas áreas em formação, necessitam do cultivo de bananeiras, para fornecimento do sombreamento provisório dos novos cacauais, visando o seu desenvolvimento.

Segundo o programado para o corrente ano, solicita-se a aquisição de **50.000** mudas de bananeiras, via cultura de tecido meristemático (*in vitro*), as quais serão distribuídas aos cacaicultores em pequenas quantidades, para multiplicação, visando beneficiar o maior número possível de produtores na implantação de novas áreas no estado. Deverão ser distribuídas cerca de 100 (cem) mudas por produtor, favorecendo um total de 500 produtores.

Diante do exposto acima e com finalidade de diminuirmos esse passivo, solicitamos a aquisição de 50.000 mudas de bananeiras, *in vitro*, das cultivares **BRS Pacoua** e **BRS Terra Anã** todas, conforme especificações nos autos.

PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

A licitante adjudicatária deverá efetuar o fornecimento das mudas *in vitro*, no período de 1º de setembro a 10 de dezembro de 2026, sendo que as entregas serão parceladas semanalmente, conforme cronograma a ser acordado entre a empresa e a Gerência de Produção Vegetal / Fruticultura da SEDAP, a partir da data do recebimento da Nota de Empenho, em dias e horários de expediente.

As mudas serão recebidas pela SEDAP por servidor desta Secretaria, designado em cada núcleo regional.

As mudas deverão ser entregues nos seguintes locais e quantidades por cultivares abaixo discriminadas:

Quadro 1 - Local de Entrega de Mudas por Item e Quantidades

Local-Município	Endereço de retirada	Descrição/Especificação	ITEM	Quantidade
Belém	Aeroporto de Belém	Mudas Cultivar BR Pacoua	1	5.000
		Mudas Cultivar BRS Terra Anã		5.000
Marabá	Aeroporto de Marabá	Mudas Cultivar BRS Pacoua	2	5.000
		Mudas Cultivar BRS Terra Anã		5.000
Santarém	Aeroporto de Santarém	Mudas cultivar BRS Pacoua	3	5.000
		Mudas cultivar BRS Terra Anã		-
Altamira	Aeroporto de Altamira	Mudas cultivar BRS Pacoua	4	15.000
		Mudas cultivar BRS Terra Anã		10.000
Total				50.000

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E VISTORIA

O servidor e Engenheiro Agrônomo Alexandre Alberto Gonçalves Galvão, pertencente ao setor DIDAG/ Gerencia de Fruticultura, através do telefone (91) 3251-7946

RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O servidor e Engenheiro Agrônomo Ivaldo Santos de Santana, pertencente ao setor PROCACAU, através do telefone (91) 3251-7944 e/ou e-mail:ivaldo.s@hotmail.com

CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em moeda corrente através de ordem bancária no prazo de 30 (trinta) dias corridos contatos da apresentação da Nota Fiscal em 03 (três) vias, após atesto da autoridade competente de que o fornecimento foi realizado a contento.

PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

Prazo de garantia para os materiais será de, **no mínimo, 06 (seis) meses**, a partir da data do recebimento definitivo, contra quaisquer problemas que as mudas venham apresentar quanto ao seu plantio ou de mistura varietal, sem ônus adicional para a Contratante.

A SEDAP, rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital e seu Termo de Referência, ficando a contratada obrigada a substituir o material recusado, no prazo de **15 dias corridos**, contados a partir da notificação, expedidos pelo Setor de Almoxarifado, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade das mudas “*in vitro*”, obrigando-se a repor ou reparar aquela que apresentar impossibilidade de plantio, no prazo de **15 dias corridos**, após comunicação do setor de almoxarifado/ requisitante, e de todo o produto fornecido, no caso de impossibilidade de plantio se apresentarem em mais de 20% (vinte por cento) do total do item sem prejuízo de aplicação de sanções administrativas previstas sem ônus adicionais ao Contratante.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

O critério é o do menor preço, condicionado aos termos de referência do produto

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas no Edital.
- Rejeitar os produtos cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes deste Termo de Referência.
- Designar comissão ou servidor para proceder à avaliação de cada um dos itens que compõem o objeto deste termo a serem recebidos.
- Notificar a empresa, através do Núcleo de Convênios e Contratos da SEDAP, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- Assegurar aos técnicos da contratada o acesso para reposições e/ou substituições durante a garantia, respeitadas as normas de segurança interna do contratante.
- Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da contratada.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Assegurar a entrega dos materiais no endereço acima mencionado, conforme especificado neste TR.
- Na entrega, prevalecerão exclusivamente as especificações do objeto deste TR;
- Responsabilizar-se pela troca do objeto, que esteja em desacordo com o solicitado no neste TR, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser reconhecida como inexecução contratual;
- Entregar o original da proposta, nota fiscal, recibo em três (03) vias e certidões negativas do

Processo: 2026/2474561 | Sequencial: 02 | Autenticação: 851cc0b0-a850-4cad-8cfe-f7a5147a387f

Acessado por: Geraldo dos Santos Tavares (CPF: ***.920.662-**) em 08/04/2026 às 08:54

Processo: 2026/2474561 | Sequencial: 41 | Autenticação: bf466d1e-c062-49e2-9806-b27af4b1ba8e

Acessado por: Giovanni Corrêa Queiroz (CPF: ***.623.061-**) em 19/05/2026 às 14:21

Processo: 2026/2474561 | Sequencial: 146 | Autenticação: 41c3bd13d739-81d335-4d70d0-afcd85715e5d112a3d03e

Acessado por: Shirley Cristiana da Costa Reis (CPF: ***.902.192-**) em 27/04/2026 às 15:10:00

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As mudas deverão ser produzidas por laboratórios com inscrição no **Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENAEM**. O laboratório produtor deverá apresentar o **TERMO DE CONFORMIDADE**. Reembaladores ou vendedores de sementes também deverão apresentar na habilitação o **TERMO DE CONFORMIDADE** do laboratório que fornecerá as mudas, com o objetivo de atestar que as mesmas serão produzidas de acordo com as normas e padrões estabelecidos pelo MAPA. Em todos os casos deverá ser apresentado o comprovante de inscrição no RENAEM do Responsável Técnico que o assina.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

-Na ocorrência das situações previstas no capítulo I (DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS) da Lei nº 14.133/2021, aplica-se à contratada as penalidades correspondentes, ficando desde logo, fixada a respectiva multa, em até 30% (trintapor cento) do valor deste contrato.

-A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa contratada às sanções previstas, podendo a Administração, garantida prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a. Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;
- b. Multa de:
 - 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, limitado ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;
 - 1,0% (um por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitado ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades
 - Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução total; e de até 10% (dez por cento), em casos de descumprimento parcial do contrato, calculado de forma proporcional ao inadimplemento e aos prejuízos dele advindos;

No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a noventa dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;

A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela contratante, ou, ainda quando for o caso, cobrada judicialmente;

As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de dez dias e aceito pela contratante;

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as seguintes sanções:

- a. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos;
- b. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, a contratada deverá ser descredenciada, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais.

A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de dez dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante.

O termo inicial para a incidência de qualquer das penalidades estipuladas será a data fixada para o adimplemento, e o termo final será a data do efetivo pagamento desta.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVO

Serão adquiridas 50 mil mudas de bananeiras produzidas *in vitro*, segundo a seguinte discriminação e especificações técnicas:

Quadro 2-Especificação de Cultivares de mudas de Bananeiras e Quantidade

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	*Mudas <i>in vitro</i> de bananeira cultivar BRS Pacoua ; Pré-aclimatadas, medindo entre 7 e 15 cm, com torrão de substrato industrial	MUDA	30.000
2	*Mudas <i>in vitro</i> de bananeira cultivar BRS Terra Anã ; Pré-aclimatadas, medindo entre 7 e 15 cm, com torrão de substrato industrial	MUDA	20.000

A entrega das mudas *in vitro* deve obedecer ao estabelecido no Art. 53 do Regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas – SNSM, do Decreto nº 5.153, de julho de 2004. A identificação da muda dar-se-á por etiqueta ou rótulo, escrita em português, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- Nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço e número de inscrição do produtor no RENASEM;
- Identificação do lote;
- Categoria, seguida do nome comum da espécie;
- Nome da cultivar;
- A identificação deverá ser expressa em material resistente, de modo que mantenha as informações durante todo o processo de comercialização;
- No caso de mudas de uma só cultivar, procedentes de um único viveiro ou unidade de propagação “*in vitro*” e destinadas a um único plantio, a sua identificação poderá constar apenas da nota fiscal.

O transporte das mudas pode ser feito via terrestre, desde que protegidos de sol e chuva, sendo que tais materiais devem ser adequadamente mantidos em caixas de papelão ou isopor contra danos no transporte e manuseio, acompanhadas das respectivas notas fiscais egíguas de trânsito vegetal - GTV.

Eng. Agroº Geraldo dos Santos Tavares

Mat. 18880
DIDAG/SEDAP



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2474561

Anexo/Sequencial: 2

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Geraldo dos Santos Tavares,

CPF: ***.920.662-**

Em: 27/03/2026 11:34:12

Aut. Assinatura: b9922691b79f14314a852579cfc0a0865801549cccaf6170c6af768cd48a5c44



Identificador de autenticação: 851cc0b0-a850-4cad-8cfe-f7a5147a387f

Confira a autenticidade deste documento em

Processo: 2026/2474561 | **Sequencial:** 11 | **Autenticação:** bf466d1e-9062-49a2-9806-627af4b1ba8e

Acesso por: Giovanni Corrêa Queiroz (CPF: ***.623.061-**) em 19/05/2026 às 14:21

Página: 28/49

Acesso por: Shirley Cristina da Costa Reis (CPF: ***.902.192-**) em 27/04/2026 às 15:10:00

RFP: 11.225/20



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2474561

Anexo/Sequencial: 14

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2017.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Carlos Roberto Gomes,

CPF: ***.758.222-**

Em: 10/04/2026 09:58:49

Aut. Assinatura: 587676eff948884526041bc3eae664cc9537e4d66d9de06b54dc54963bebd6d



Identificador de autenticação: 4bf3cba3-8bbc-4709-aff-8fba8c12cf60

Confira a autenticidade deste documento em

Processo: 2026/2474561 | **Sequencial:** 14 | **Assinatura:** 587676eff948884526041bc3eae664cc9537e4d66d9de06b54dc54963bebd6d

Acesso por: Giovanni Corrêa Queiroz (CPF: ***.623.061-**) em 19/05/2026 às 14:21

Acesso por: Shirley Cristina da Costa Reis (CPF: ***.902.192-**) em 20/05/2026 às 10:00

Página: 29/49

Página: 29/48



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
PAE Nº 2026/2474561

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE		
QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?	Beneficiar o maior número possível de cacauicultores em todas as regiões de produção do Estado do Pará	
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO		
QUAL OBJETO?	Bem Comum de Consumo	
QUAL A NATUREZA?	Entrega parcelada, semanalmente, no período de 01/09/2026 a 10/12/2026	
PRAZO DE VIGÊNCIA	Contrato com vigência de 12 meses	
NECESSIDADE DE PRORROGAÇÃO	Sim, caso haja atraso na entrega do produto	
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	Não.	
PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	Item	Descrição detalhada
	1	Mudas in vitro de bananeira cultivar BRS Pacoua; Pré-aclimatadas, medindo entre 7 e 15 cm, com torrão de substrato industrial
	2	Mudas in vitro de bananeira cultivar BRS Terra Anã ; Pré-aclimatadas, medindo entre 7 e 15 cm, com torrão de substrato industrial

HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	<p>Sim.</p> <p>O cacau além de ser uma das principais culturas alimentares do Brasil, ela pode ser plantada de maneira solteira, como também compondo Sistema Agroflorestal (SAFs) durante os primeiros anos, evitando erosões, gerando alimento e renda.</p> <p>Após a colheita, que seja em plantio solteiro e consorciado, contribui com a melhoria das qualidades físico, química e orgânica no solo, principalmente com a adição de nitrogênio.</p>
HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?	Não. É uma cultura conhecida e trabalhada a décadas pelos produtores rurais.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?	<p>É uma cultura trabalhada pela secretaria há décadas, tanto em cultivo solteiro, direcionado principalmente ao consumo e comercialização, como estrategicamente compondo sistema agroflorestal, que além da renda e consumo, tem como finalidade a contenção da vegetação indesejada e adubação orgânica.</p> <p>No caso em tela, a proposição é dotar os produtores rurais de sementes de cacau de alta qualidade, principalmente no que tange a produtividade, a porcentagem de germinação e resistência a patógenos.</p>
JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO	<p>Produtividade alta do cacau da variedade solicitada;</p> <p>Resistência a pragas e doenças;</p> <p>Menor quantidade de insumos ao longo do desenvolvimento da cultura;</p> <p>Redução da introdução de nitrogênio no solo, gerando economia durante o processo produtivo.</p>
HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	Não.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

O QUE SERÁ CONTRATADO?	Será contrato empresa que trabalhe com mudas de bananeira, conforme maiores detalhamentos no termo de referência.
QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	UM ANO.
HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	Não. Os próprios produtores já desenvolvem a cultura, no entanto, haverá informações técnicas a partir da SEDAP, EMATER, Secretarias municipais de agricultura, dentre outros parceiros.

ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO

Processo: 2026/2474561 | Sequencial: 11 | Autenticação: 6845ca1d-243c-4e0b-9051-f61177437b91

Acessado por: Shirley Cristina da Costa Reis (CPF: ***.902.192-**) em 19/05/2026 às 13:41

Processo: 2026/2474561 | Sequencial: 4 | Autenticação: bf466d-fc082-49e2-9806-627af4b1ba8e

Acessado por: Giovanni Corrêa Queiroz (CPF: ***.623.061-**) em 19/05/2026 às 14:21

Acessado por: Shirley Cristina da Costa Reis (CPF: ***.902.192-**) em 20/05/2026 às 10:00

Página: 2/5

Página: 31/49

Página: 31/48

COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	O Estado não tem como suprir todas as demandas dos produtores rurais, contudo, as sementes que serão adquiridas contribuirão de maneira significativa com os principais produtores rurais de cacau. Por outro lado, em setenta municípios que trabalham e trabalharão no Território Sustentável (TS), possuem como arranjos nos sistemas de produção de SAFs a cultura do cacau.				
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	Pelo que se almeja, os 12.000 hectares de cacau serão necessárias 50.000 mudas de bananeira.				
ESPECIFICAÇÃO	Item	Descrição	Und	Qtd	
	1	Mudas in vitro de bananeira cultivar BRS Pacoua; Pré-aclimatadas, medindo entre 7 e 15 cm, com torrão de substrato industrial	Muda	30.000	
	2	Mudas in vitro de bananeira cultivar BRS Terra Anã ; Pré-aclimatadas, medindo entre 7 e 15 cm, com torrão de substrato industrial	Muda	20.000	
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO					
MEIOS USADOS NA PESQUISA	<input type="checkbox"/> Fornecedor: GF AGROPECUÁRIA.				
ESTIMATIVA DE PREÇO	Ite m	Descrição	Valor Unitário	Qtd	Valor Total
	1	Mudas in vitro de bananeira cultivar BRS Pacoua; Pré-aclimatadas, medindo entre 7 e 15 cm, com torrão de substrato industrial	R\$ 6,50	30.000	R\$ 195.000,00
	2	Mudas in vitro de bananeira cultivar BRS Terra Anã ; Pré-aclimatadas, medindo entre 7 e 15 cm, com torrão de substrato industrial	R\$ 7,20	20.000	R\$ 144.000,00
				TOTAL	R\$ 339.000,00

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO	
CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES	
HÁ CONTRATAÇÕES	

CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?	Não.
---------------------------------	------

ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO

HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	<p>Não há previsão no Plano de Contratação, visto que, este instrumento está sendo construído pela Secretaria.</p> <p>Todavia, esta ação faz parte do fomento da secretaria em desenvolver cadeia produtiva importante para os produtores rurais, que sejam para o autoconsumo, que seja para comercialização, estando contido no Plano Pluri Anual (PPA).</p> <p>Na construção do Planejamento será incorporado como estratégia de desenvolvimento rural sustentável.</p>
---	--

RESULTADOS PRETENDIDOS

QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	<p>a) Melhoria na qualidade do produto;</p> <p>b) Melhoria no autoconsumo familiar;</p> <p>c) Melhoria na produtividade;</p> <p>d) Melhoria no sistema de produção em SAFs, contribuindo com o meio ambiente, pela redução de insumos externos;</p> <p>e) Aumento da renda dos produtores rurais, dentre outros.</p>
---	--

PROVIDÊNCIAS PENDENTES

HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	<p>Não. A secretaria, em parceria com as prefeituras municipais e representações dos produtores, detém informações sobre os locais de produção e os agricultores que desenvolvem a cultura do cacau.</p> <p>Além das famílias já trabalharem com a cultura, por meio das secretarias municipais de agricultura, haverá um processo de acompanhamento e monitoramento técnico desta cadeia produtiva.</p>
--	--

IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?	<p>Não haverá impacto ambiental. Considerando-se que cultiva-se o cacau em áreas já abertas, a cultura vem contribuir com a fertilização do solo, por meio da introdução de nitrogênio, que seja através das raízes, que seja por meio da incorporação das folhas após colheita.</p> <p>A cultura também é usada para fertilização do solo, considerando-se que é uma leguminosa, e por isto, compõe sistema de produção como os SAFs. Além de melhorar a qualidade do solo, serve de cobertura vegetal, que além</p>
--	---

Processo: 2026/2474561 | Sequencial: 11 | Autenticação: 6845ca1d-243c-4e0b-9051-f61177437b91

Acessado por: Shirley Cristina da Costa Reis (CPF: ***.902.192-**) em 19/05/2026 às 13:41
 Processo: 2026/2474561 | Sequencial: 41 | Autenticação: bf466dfe-c082-49e2-9806-627af4b1ba8e

Acessado por: Giovanni Corrêa Queiroz (CPF: ***.623.061-**) em 19/05/2026 às 14:21

Página: 4/5

Página: 33/49

	de evitar erosão, diminui capinas manuais (diminui a penosidade de trabalho) e capina química (evitando contaminação do solo).
CONCLUSÃO	
A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?	Considera-se viabilidade em todos os requisitos.

Belém/PA, 10 de abril de 2026.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO - COPLAN
PORTARIA Nº 192/2025 - 14/08/2025
DOE Nº 36.330 - 18/08/2025



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2474561

Anexo/Sequencial: 11

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2017.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Carlos Roberto Gomes,

CPF: ***.758.222-**

Em: 10/04/2026 09:58:49

Aut. Assinatura: 9d3d1d2a349b11da3e993393c29ae39a2a565dae4f8aa18d7719f28414d93e26



Identificador de autenticação: 6845ca1d-243c-4e0b-9051-f61177437b91

Confira a autenticidade deste documento em

Processo: 2026/2474561 | **Sequencial:** 11 | **Assinatura:** 9d3d1d2a349b11da3e993393c29ae39a2a565dae4f8aa18d7719f28414d93e26 | **Assinado por:** Shirley Cristina da Costa Reis (CPF: ***.902.192-**) em 20/05/2026 às 10:00

Assinado por: Giovanni Corrêa Queiroz (CPF: ***.623.061-**) em 19/05/2026 às 14:21

Página: 35/49

CONTRATO SEDAP Nº XXXX/2026

PAE nº 2026/2474561

RESUMO	
	<div>CONTRATANTE</div> <div>Estado do Pará SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA – SEDAP</div> <div>CNPJ nº 05.054.945/0001-00</div>
	<div>CONTRATADO</div> <div>XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</div> <div>CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXX</div>
	<div>OBJETO</div> <div>Aquisição de mudas de bananeiras produzidas <i>in vitro</i>, para atender as necessidades da SEDAP, nos projetos das cadeias da Cacaucultura e Fruticultura.</div>
	<div>ENTREGA</div> <div><div>Forma</div>Semanal.</div> <div><div>Prazo</div>A partir 1º de Setembro a 10 de Dezembro de 2026.</div> <div><div>Local</div>Aeroporto de Belém, Marabá, Santarém e Altamira.</div>



VALOR TOTAL

R\$ XXXXXX.

REAJUSTE

Índice ☒ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☐ IGPM

Período A cada **12 meses**, a contar de **10/04/2026**.

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **IVALDO SANTOS DE SANTANA**, matrícula nº 14826/1, lotado no PROCACAU.



VIGÊNCIA

Prazo **12 meses**.

Início **XX/XX/XXX**.

Fim **XXX/XX/XXXX**.

CONTRATO Nº 0XX/2026-SEDAP
PROCESSO Nº 2026/2474561
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 – SEDAP

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP E A EMPRESA XXXXXXXX, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA:

O **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio de sua **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA – SEDAP**, CNPJ nº 05.054.945/0001-00, com sede na Trav. do Chaco, nº 2232, Marco, CEP: 66.093-542, Belém/PA, neste ato representado pelo seu Secretário de Estado, Sr. **GIOVANNI CORRÊA QUEIROZ**, brasileiro, nomeado através de Decreto Governamental, publicado no DOE nº 35.276 de 02 de fevereiro de 2023, inscrito no CPF/MF sob o nº 036.623.061-15 e portador da cédula de identidade nº 72085 - PC/GO, residente e domiciliado neste Estado, no município de Redenção, na Avenida Independência, nº 253, Núcleo Urbano, CEP: 68.550-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, XXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, XXXXXX, XXXXXX, XXXXXX, inscrito no CPF nº XXXXXXXX, portador da cédula de identidade nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXX, nº XXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, XXXXXX, telefone: XXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº **2026/2474561** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90003/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

1.1 O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº 9003/2026** constante no PAE nº **2026/2474561** e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1 O objeto da contratação é a **aquisição de mudas de bananeiras produzidas *in vitro*, para atender as necessidades da SEDAP, nos projetos das cadeias da Cacaucultura e Fruticultura**, conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

2.2 Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 1, à proposta do licitante vencedor, e aos anexos desses documentos.

2.3 Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Item	Descrição	Und	Qnd	Valor Unit	Valor Total
1	*Mudas in vitro de bananeira cultivar BRS Pacoua ; Pré-aclimatadas, medindo entre 7 e 15 cm, com torrão de substrato industrial	Muda	30.000	R\$	R\$
2	Mudas in vitro de bananeira cultivar BRS Terra Anã ; Pré-aclimatadas, medindo entre 7 e 15 cm, com torrão de substrato industrial	Muda	20.000	R\$	R\$
TOTAL				R\$	

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

3.1 O local e a hora da prestação dos serviços contratados são aqueles previstos no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO:

4.1 O valor global do contrato é **R\$ XXXX (XXXXX)** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **2026**, na classificação abaixo:

Processo: 2026/2474561 | Sequencial: 29 | Autenticação: fc6b1b81-28fd-46c2-a103-c0447164280a

Acessado por: Shirley Cristina da Costa Reis (CPF: ***.902.192-**) em 19/05/2026 às 13:41

Processo: 2026/2474561 | Sequencial: 41 | Autenticação: bf466d1e-c062-49e2-9806-627af4b1ba8e

Acessado por: Giovanni Corrêa Queiroz (CPF: ***.623.061-**) em 19/05/2026 às 14:21

Processo: 2026/2474561 | Sequencial: 46 | Autenticação: 41c8d379-c535-41a0-ac87-5a5d1e9ab37e

Acessado por: Shirley Cristina da Costa Reis (CPF: ***.902.192-**) em 20/05/2026 às 10:00

Página: 4/13

Página: 4 de 13

Página: 39/49

Página: 39/48

Gestão/Unidade	140101
Projeto/Atividade	2233
Fonte do Recurso	01.759.0000.35
Programa de Trabalho	1528
Elemento de Despesa	33.90.30
Funcional Programática	20.608.1528.2233
Plano Interno	PEA1022233C

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE:

6.1 O contrato será reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - **IPCA**.

6.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **10/04/2026**.

6.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

6.4 O reajuste será realizado *de ofício* pela CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 6.1 na base de cálculo do item 6.3.

6.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento da CONTRATADA.

6.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.

6.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 6.1, a CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.8 Caso o índice do item 6.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

6.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível à CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento será realizado em **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

7.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATA, cujos dados são:

Banco Banpará.

Agência XXXX-X.

Conta XX.XXX-X.

7.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou

inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA adote as medidas para saneamento das pendências.

7.4 Na hipótese do item 7.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

7.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

7.6 A regularidade fiscal da CONTRATADA deve ser verificada pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.7 A constatação de irregularidade fiscal da CONTRATADA não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

7.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 7.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

7.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do serviço que já foi prestado.

7.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado.

7.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

7.12 A inadimplência da CONTRATADA junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima da CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

7.13 A CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

7.14 A CONTRATADA optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que a CONTRATADA é beneficiária do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA:

8.1 Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

Processo: 2026/2474561 | Sequencial: 29 | Autenticação: fcb6b1b81-28fd-46c2-a103-c0447164280a

Acessado por: Shirley Cristina da Costa Reis (CPF: ***.902.192-**) em 19/05/2026 às 13:41

Processo: 2026/2474561 | Sequencial: 41 | Autenticação: bf466d1e-c062-49e2-9806-627af4b1ba8e

Acessado por: Giovanni Corrêa Queiroz (CPF: ***.623.061-**) em 19/05/2026 às 14:21

Processo: 2026/2474561 | Sequencial: 46 | Autenticação: 41c8d379-c535-41a0-ac87-5a5d1e9ab37e

Acessado por: Shirley Cristina da Costa Reis (CPF: ***.902.192-**) em 20/05/2026 às 10:00

Página: 6/13

Página: 6 de 13

Página: 41/49

Página: 41/48

8.2 A garantia contratual dos bens adquiridos deve ser de **06 (seis) meses**, no mínimo.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

9.1 A CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c.** Notificar a CONTRATADA sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d.** Assegurar aos técnicos da CONTRATADA o acesso para reposições e/ou substituições durante a garantia, respeitadas as normas de segurança interna da CONTRATANTE.
- e.** Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA.
- f.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.
- g.** Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- h.** Aplicar à CONTRATADA as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- i.** Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

9.2 A CONTRATADA tem a obrigação de:

- a.** Cumprir todas as obrigações constantes neste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução.
- b.** Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pela CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c.** Responsabilizar-se pela troca do objeto, que esteja em desacordo com o descrito no Termo de Referência no prazo de **15 dias**, sob pena de ser reconhecida como inexecução contratual;
- d.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- a.** Durante a vigência do contrato, não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

- b. Na hipótese do item 7.6, parte final, quando solicitado a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE os seguintes documentos:
1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede da CONTRATADA.
 4. Certidão de Regularidade do FGTS.
 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- c. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- d. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- e. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes, a qualquer tempo, o acesso ao local dos trabalhos e aos documentos relativos à execução do serviço.
- f. Por determinação da CONTRATANTE, paralisar a atividade que não esteja sendo bem executada ou que ponha em risco a segurança das pessoas ou seus bens.
- g. Conduzir os trabalhos observando às normas da legislação aplicável e às determinações dos Poderes Públicos.
- h. Não permitir:
1. o trabalho de pessoa menor de 16 anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; e
 2. a utilização do trabalho da pessoa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.
- i. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- j. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- k. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- l. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja

satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.

- m.** Cumprir as normas de segurança da CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS:

10.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente da CONTRATADA.

10.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros é exclusivamente sua.

10.3 A CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1 Constituem infrações administrativas da CONTRATADA a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	Advertência*
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Impedimento de licitar e contratar"</i> .
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar* * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Declaração de inidoneidade para licitar e contratar"</i> .
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	
d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	
e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	
f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	

- g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**Declaração de inidoneidade
para licitar e contratar**

11.2 O atraso superior a **90 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

11.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
Moratória	Compensatória
a. 0,5% sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos , limitada ao percentual de 10% .	10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.
b. 1% sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos pelo atraso no descumprimento das obrigações assumidas, limitada ao percentual de 10% .	
11.5 Antes da aplicação das sanções, a CONTRATADA será notificada para apresentar defesa no prazo de 15 dias úteis , contado de sua intimação.	
11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido à CONTRATADA, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.	
11.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até 15 dias úteis , a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.	

11.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a.** A natureza e gravidade da infração.
- b.** As peculiaridades do caso.
- c.** As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d.** Os danos causados à CONTRATANTE.
- e.** A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

11.11 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, a CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO:

12.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

12.2 Caso haja interesse público, a CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

12.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

Processo: 2026/2474561 | Sequencial: 29 | Autenticação: 1c6b1b81-28d46c2a103d0447164280a

Acessado por: Shirley Cristina da Costa Reis (CPF: ***.902.192-**) em 19/05/2026 às 13:41

Processo: 2026/2474561 | Sequencial: 41 | Autenticação: bf466d1e-c062-49e2-9806-627af4b1ba8e | Página: 11 de 13

Acessado por: Giovanni Corrêa Queiroz (CPF: ***.623.061-**) em 19/05/2026 às 14:21

Página: 46/49

12.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

12.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

13.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que a CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

13.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa da CONTRATADA, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

13.4 Na hipótese do item 13.3, a CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO:

14.1 O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor **IVALDO SANTOS DE SANTANA**, matrícula nº 14826/1, lotado no PROCACAU, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INTERPRETAÇÃO:

15.1 As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas à CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSE:

16.1 Observado o disposto na Cláusula Décima Quinta, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO:

17.1 A CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

17.2 Os prazos contidos no item 17.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

18.1 O contrato terá vigência de **12 meses**, com início em **XX/XX/XXXX** e término em **XX/XX/XXXX**.

18.2 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 13.3 e 13.4, quando a não conclusão decorrer de culpa da CONTRATADA.

18.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, a CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO:

19.1 As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula Décima Sexta.

Cidade (PA), data da última assinatura eletrônica.

GIOVANNI CORRÊA QUEIROZ

Secretário de Estado de Desenvolvimento
Agropecuário e da Pesca
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal da Empresa
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 NOME: _____

2 NOME: _____

CPF: _____

CPF: _____



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2474561

Anexo/Sequencial: 46

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado digitalmente por: GIOVANNI CORREA QUEIROZ

CPF: ***.623.061-**

Em: 19/05/2026 15:13:57

Emissor: AC SOLUTI v5



Identificador de autenticação: 41c8d379-c535-41a0-ac87-5a5d1e9ab37e

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>